

O controlo contemporâneo e futuro da informação

Os grandes volumes de dados e a tecnologia estão a alterar profundamente a propriedade e a partilha da informação. Em causa estão governos, grupos tradicionais de "media" e entidades académicas. A posse da informação é agora uma revolução em curso

JOSÉ VEGAR



Em 1978, o autor de ficção científica Philip K. Dick deu uma conferência com o título “Como construir um universo que não se desfça dois dias depois”. Dick defendia que vivemos hoje “numa realidade na qual realidades espúrias são fabricadas pelos ‘media’, pelos governos, pelas grandes empresas, pelos grupos religiosos, pelos partidos políticos”.

Perante esta construção e disseminação ininterrupta, Dick perguntava: “O que é real? Porque é que somos bombardeados incessantemente com pseudorealidades fabricadas por pessoas muito sofisticadas, usando mecanismos eletrónicos muito sofisticados? Não desconfio dos seus motivos, desconfio do seu poder”, dizia.

Para o escritor, este poder tinha algo de “assombroso”. “É o que permite criar universos integrais, universos da mente”, capazes de interferir na “definição de um humano autêntico”, já que “(...) o bombardeamento de pseudorealidades permite produzir muito rapidamente humanos não autênticos, humanos espúrios, tão falsos como os dados que os pressionam e que vêm de todos os lados”.

Talvez pertençamos neste momento – talvez tenhamos começado a pertencer na última década e estamos apenas no princípio de pertencer – à realidade global proposta por Philip K. Dick, uma vez que nos encontramos inundados por “dados (...) vindos de todos os lados”, usando “mecanismos eletrónicos muito sofisticados”. Por outras palavras, talvez pertençamos a uma metarrealidade global, formada por várias realidades sobrepostas, assentes numa revolução em desenvolvimento incontrolável dos modos de recolher, produzir, controlar e disseminar grandes volumes de dados e informação.

DOS “PETABYTES” AOS “YOTTABYTES”

Assim, como referem os académicos Sabina Leonelli e Luciano Floridi, há “todo o produto de atividades de pesquisa colhido, guardado e disseminado com o objetivo de ser usado como evidência para conhecimento”. Os dados aparecem como “ativos de informação, caracterizados por um volume elevado, uma velocidade e uma variedade tal que

requerem tecnologia e métodos de pesquisa específicos para a sua transformação em valor”. Por outras palavras, a informação garante matéria-prima e objetivo estratégico, e a sua posse, controlo e domínio são essenciais para o processo revolucionário em execução global.

Na verdade, grandes volumes de dados e informação são hoje um capital muito cobiçado, porque, como escreveu a publicação *The Economist*, “os dados são para este século o que o petróleo foi para o anterior: um condutor de crescimento e mudança. Fluxos de dados criaram novas infraestruturas, novos negócios, novos monopólios, novas políticas e novas economias”, produzindo um “alimento crucial para a economia mundial”.

O referido capital (dados e informação), sempre precioso para indivíduos, sociedades, empresas e Estados, detém agora um valor superior ao de outras épocas, essencialmente, mas não exclusivamente, devido ao volume disponível, à sua transformação em ativo precioso para todos os mercados, à sofisticação dos processos para a sua produção e partilha e à possibilidade que o seu controlo garante para a criação de entidades poderosas.

No que tem que ver com o volume, os sistemas tecnológicos de recolha, armazenamento e processamento permitem trabalhar com quantidades de dados que são hoje medidas em “petabytes”, “exabytes” e “zettabytes”, e que brevemente serão calculadas em “yottabytes”.

Leonelli alerta que “o conjunto de dados digitais gerado pela pesquisa está a crescer a uma velocidade estonteante e em modos impossíveis de lidar pelo sistema cognitivo humano”, enquanto as académicas Danah Boyd e Katie Crawford sublinham a “crença generalizada de que largos conjuntos de dados permitem uma forma superior de inteligência e de conhecimento, capazes de criar informação privilegiada, anteriormente impossível de obter”.

A primeira dimensão da revolução que está a construir a realidade em que estamos envolvidos é assim a da existência, em múltiplas latitudes digitais, de uma quantidade, talvez já a caminho do incalculável,

continua



de dados e de informação que nunca antes esteve disponível para análise e partilha.

Floridi propõe uma realidade contemporânea, a que chama “infoesfera”, onde “deixámos de estar apenas relacionados com a informação, para estarmos dependentes da tecnologia da informação e das comunicações”.

Por infoesfera, o filósofo entende “todo o sistema de serviços e documentos, codificados em qualquer meio semiótico e físico, cujo conteúdo inclui todo o tipo de dados, informação e conhecimento, sem limitações, quer em tamanho e tipologia, quer em estrutura lógica”.

Este sistema é criado, segundo o autor, pela “descrição informatizada e pelo controlo do ambiente físico, juntamente com a construção digital de um mundo sintético, e finalmente interligado com uma quarta área de aplicação, representada pela transformação do macrocosmo enciclopédico de dados, informação, ideias, conhecimentos” na realidade que nos cerca.

(Maria) José van Dijck, à semelhança de um conjunto vasto de investigadores, alerta-nos para uma realidade controlada por uma “arquitetura da opressão”, assente na vigilância dos metadados de milhões de pessoas.

Para a académica, estamos em pleno domínio da “dadoficação”, ou seja, da “transformação da ação social em dados digitais quantificados, como um meio para aceder, entender e monitorizar o comportamento das pessoas (...)”, e da “dadovigilância”, que não é mais do que “uma forma de vigilância permanente através do emprego de dados e metadados”, permitindo “a monitorização dos cidadãos (...) e o seguimento contínuo dos metadados para fins não estabelecidos previamente (...)”, penetrando todas as fibras do tecido social”.

Assim, para Van Dijck, vivemos a realidade do “dadoísmo”, uma “técnica de conhecimento da ação social – trata-se da medição, análise e predição do comportamento humano com base em largos conjuntos de metadados (...)”.

O problema fundamental do “dadoísmo”, alerta Van Dijck, é o facto de assentar num “ecossistema que é uma infraestrutura típica da tipologia em que nenhuma instituição individual está no comando”.

A segunda dimensão da revolução que está a construir a realidade à qual não escapamos é a dos objetivos dos detentores dos dados e da informação, que, como partilhei, são entidades cuja natureza se espalha por um largo espectro.

Os dados são para este século o que o petróleo foi para o século anterior: um condutor de crescimento e mudança. Estamos em pleno domínio da “dadoficação”.

A este propósito, devemos sublinhar a convicção apresentada por Leonelli de que “o papel epistemológico dos dados (...) está fortemente dependente de modo como são organizados, processados, disseminados e contextualizados”.

Ao mesmo tempo, segundo o académico Jathan Sadowski, “os dados, e a acumulação de dados, são uma componente nuclear da economia política do século XXI”, mas “o capital dos dados é mais do que conhecimento sobre o mundo (...)”, já que “o imperativo é o de constantemente colher e circular dados através da produção de produtos que criem mais dados e permitam a construção de infra-estrutura para gerir os dados (...)”.

Nesta segunda dimensão, a revolução é feita por entidades que são, como observa a especialista da internet Laura DeNardis, “esferas híbridas online-offline”, que “penetram o corpo, a mente, e os objetos e sistemas que coletivamente constroem o mundo material. A internet já não é apenas acerca de comunicação, mas também já não é simplesmente um espaço virtual”, fazendo com que “já não faça sentido ver espaços online e offline como esferas distintas, tanto técnica como politicamente”.

Assim, estas entidades, aponta a investigadora, geram, dominam e partilham dados, apesar de “a economia digital, a vida social e os sistemas políticos estarem completamente dependentes da estabilidade e segurança destas infraestruturas”.

Como sublinha DeNardis, “construções de arquitetura técnica são também construções de poder (...)”, que controlam o desenho, e a administração de tecnologias molda as estruturas de poder”.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Mas a revolução está também a ser feita por entidades que, segundo Shoshana Zuboff, têm como estratégia a criação, consolidação e expansão global de um “capitalismo de vigilância”. Segundo a académica, há “uma nova ordem económica que reivindica a experiência humana como material cru e gratuito para práticas comerciais ocultas de extração, predição e vendas (...)”, a origem de um novo poder instrumental que estabelece um domínio sobre a sociedade e apresenta desafios espantosos à democracia de mercado”.

Perante o poder destas entidades, a investigadora defende que “as questões clássicas” – o conhecimento, a autoridade e o poder – devem agora “ser analisadas com o maior enquadramento possível, cuja melhor definição é ‘civilização’, ou, mais especificamente, ‘civilização da informação’”.

Circulando em múltiplos nós digitais, em caminhos distintos



aos das entidades nomeadas por DeNardis e Zuboff (das quais reconhecemos, como a grande maioria, Estados e empresas privadas, por vezes em confronto, por vezes em conflito, por vezes em união), temos todas as outras entidades que desencadeiam a revolução em desenvolvimento.

De acordo com o antropólogo Arjun Appadurai, são as entidades celulares os saqueadores e divulgadores de informação oculta, os editores de informação alternativa, os produtores independentes de dados científicos com valor para serem conhecimento, os ladrões de bases confidenciais, os militantes de causas de nicho e muitas outras entidades de definição complexa.

A terceira dimensão da revolução que está a construir a realidade da informação, que poderá ser dominante para todos nós no presente e no futuro, é a da tecnologia.

A nomeação da tecnologia é um atalho para elencar um conjunto vastíssimo de instrumentos, processos, sistemas e aparatos que, na verdade, são a infraestrutura do processo disruptivo em curso.

De facto, sem a expansão estonteante do poder computacional, a sofisticação do código, a interferência da inteligência artificial no poder do algoritmo e na análise de gigantescas bases de dados, e sem o aumento da funcionalidade e complexidade das plataformas de depósito e partilha de dados e informação, não estaríamos a viver globalmente este momento, que, como todos os anteriores que a História não esquece, não sabemos que direção irá tomar.

A revolução incontornável da nossa realidade global, que a cada segundo que vivemos cria uma inovação, torna a resposta à pergunta central – quem está e vai controlar os dados e a informação – num exercício sem sustentabilidade científica, tantas são as entidades envolvidas e ainda mais as suas capacidades habilitadas a suportar no cumprimento das suas estratégias.

Teremos uma diminuta visibilidade sobre a natureza e o racional estratégico de algumas destas entidades. Muitas delas, com origem e perfil estatal ou privado tecnológico, irão concentrar-se na criação e manutenção de dadosfeiras, públicas ou privadas, fechadas ou com acesso controlado, centralizadas ou descentralizadas, isto é, vão focar-se em infraestruturas dedicadas ao armazenamento e processamento de largos volumes de dados e informação em tempo real.

Outras, que partirão sempre da aliança entre cientistas e capital, estarão envolvidas na criação de sistemas capazes de recolher, extrair e analisar informação de todo o tipo de dados em formatos de todo o tipo de dispositivos, garantindo também a sua visualização em modo simples e acessível.

A revolução está também a ser feita por entidades que, segundo Shoshana Zuboff, têm como estratégia a criação, consolidação e expansão global de um “capitalismo de vigilância”.

Uma terceira tipologia, que podemos associar a uma reinvenção radical dos “media” de informação tradicionais, em alguns casos já encetada, será a das entidades que continuarão a procurar informação com metodologia clássica e instrumentos tecnológicos de ponta, mas que partilharão essa informação na infoesfera, em novos formatos e a partir de novos canais, tentando fixar a adesão de nichos de visualizadores.

Com a diminuta visibilidade existente, podemos talvez assistir ainda a um aumento da capacidade e do poder das plataformas sociais, sobretudo dos programas de mensagens encriptados, captando para os seus domínios um vasto número de pesquisadores, produtores e editores de dados e de informação.

O grande problema é que a visibilidade termina algures na longitude que partilho, sabendo nós que, brevemente ou a médio-prazo, surgirão entidades de outra natureza que traçarão para seu destino o controlo da informação.

Estas novas entidades poderão reunir todo o aparato tecnológico e todas as ferramentas para distribuir continuamente os dados e a informação mais procurada, quer por um indivíduo quer globalmente, gerando um produto informativo que lhes permitirá transformarem-se em gigantes de natureza singular, sem concorrência no mercado.

Todas estas entidades estarão focadas, como certamente escreveu a *The Economist*, em “(...) encontrar uma versão única da verdade (...)”, em “identificar a verdade digital”, ou seja, em “encontrar e tratar dados que representem de modo exato a realidade”.

É uma demanda apaixonante e obsessiva, porque, não esqueçamos, como escreveu Bateson em 1973, “o que entendemos por informação – a unidade elementar de informação – é uma diferença que gera uma diferença”.

Ser detentor e proprietário de diferença tem um esmagador valor de poder, de estatuto, financeiro e funcional.

Assim, recuperando a visão de Philip K. Dick, num futuro próximo, seremos seduzidos e cercados por inumeráveis pontos da infoesfera digital e, na nossa vida quotidiana, seremos dominados por sofisticados curadores de realidades, que, partilhando connosco informação (que não é mais do que a submissão dos dados aos seus interesses e objetivos), nos fazem acreditar que há uma única realidade existente. **w**



Este texto é parte integral de “O controlo contemporâneo da informação - dados, grandes volumes de dados e tecnologia”, gerado pela Bolsa de Investigação Jornalística 2021 da Fundação Calouste Gulbenkian.